2 A CONCEPÇÃO DE PHRONESIS EM ARISTÓTELES

Tema tradicional da história da filosofia, o conceito de prudência ressurge com vigor no Renascimento europeu, como veremos mais adiante. Entretanto, não há dúvida de que a grande referência da questão, origem primeira da noção que retornará na modernidade, reside na Grécia antiga. Pertence a Aristóteles a principal contribuição no período helênico sobre a prudência, cuja concepção agrega as posições de Platão e da tradição anterior, sedimentando um solo conceitual que nos séculos posteriores dará o tom às formulações sobre o melhor agir humano.

Aristóteles propõe sua ética como uma *filosofia prática*.[6] Para ele, isso significa dizer que ela está voltada à ação; mais exatamente à orientação da ação, seu escopo final. A intenção aí não é saber o que é o bem, mas saber como agir de maneira boa, isto é, como agir corretamente e tornar-se um homem bom. Nas palavras de Jonathan Barnes, a filosofia do estagirita é prática "no sentido de que seu propósito ou alvo não é simplesmente transmitir a verdade mas também afetar a ação".[7] Deste modo, o conhecimento abstrato, epistemológico do ato a ser concretizado, importa menos do que a própria realização. Nessa concepção, a especulação de rígidos sistemas normativos, distantes do objeto, dá lugar à busca da melhor escolha em cada situação; a contingência, pois, necessariamente antecede a deliberação. Segundo Donald Allan, "Aristóteles sustenta que no que se refere à prática, um filósofo deve interpretar as opiniões reinantes mais

6 É do próprio autor essa expressão, utilizada em *Metafísica II*, 1, 993b 19-23.

7 *Cf*. Barnes (2013, p. 123). Em *Aristóteles*, o estudioso inglês oferece um resumo introdutório bastante didático ao pensamento ético-político do Filósofo, mas que esbarra em posições difíceis de sustentar – especialmente num resumo – por exemplo ao afirmar que "Aristóteles faz uma longa argumentação contra o comunismo" e "se Aristóteles amava a liberdade, ele não a amava o suficiente", ambas as passagens em Barnes (2013, p. 129).

prudencia_politica_12.indd 15 22/11/2023 09:20

que as dirigir".[8] Voltada à ação, essa filosofia afasta-se daquela teorética de busca da verdade – e que com ela se contenta –, indo além: a reflexão aristotélica da ação encontra-se com a seara da política, que a partir daqui não pode mais ser distanciada da ética.[9]

Inclusive, ao notar a imbricação entre esses campos, vale lembrar que o título *Ética*, atribuído aos tratados de Aristóteles dedicados à questão (*Ética a Eudemo* e *Ética a Nicômaco*), é a transliteração de *ethika* (*ta êthika* ou "coisas relativas ao caráter"), expressão que ele usa para se referir na *Política* (1295a36) a um dos dois textos.[10] Discorrendo sobre a *Política*, Francis Wolff relembra a partir da obra do estagirita que as esferas da política e da ética dependem estritamente uma da outra, mas, ao mesmo tempo, são autônomas. Sobre esse tema – a saber, os lugares da ética e da política na teoria aristotélica – há uma série de classificações por parte dos comentadores. Donald Allan entende que a política e a prudência são duas disposições idênticas aos olhos do pensador,[11] enquanto Enrico Berti afirma que ciência política "é o novo nome da filosofia prática".[12] David Ross, por sua vez, enxerga a ciência política de Aristóteles como algo amplo, dividido em duas partes correlatas: ética e política.[13] A formulação dos comentadores nos interessa menos do que o consenso escondido por trás dela: é no âmbito da ética e da política que se impõe a prudência. Seu lugar é a comunidade social, cuja forma superior é a *polis*, inscrita no espaço da contingência, da ação humana. A busca por saber o que é o bem – e, portanto, como agir conforme ele – não é a busca por um saber imutável abstrato, distante, temporal e metafísico; ela se constitui na concretude do cotidiano, genuinamente humano, num mundo onde, diz Wolff, "a *polis*, a cidade real, não um sonho de cidade celeste, existe; é ela que o filósofo poderá enfim estudar".[14] É este o campo da prudência.

Antes de entrar propriamente no estudo da prudência, faz-se necessária uma breve explicação sobre a escolha do vocábulo. O conceito até aqui entendido como prudência aparece na obra do estagirita como φρόνησις (*phronesis*). Expressão já conhecida dos gregos e presente em Platão, a *phronesis* é empregada por Aristóteles em vários de seus textos, muitas vezes de maneira divergente,

8 Allan (1962, p. 170).

9 Enrico Berti ilustra com clareza o peso da natureza prática desse pensamento sobre o método aristotélico, mostrando que "a ação, em suma, caracteriza a filosofia prática seja como objetivo seja como objeto" (Berti, 1998, p. 117). *Cf.* especialmente p. 115-156.

10 *Cf.* Kraut ([2018] 2023).

11 *Cf.* Allan (1962, p. 169).

12 *Cf.* Berti (1998, p. 118).

13 *Cf.* Ross (1987, p. 193).

14 *Cf.* Wolff (1999, p. 19).

prudencia_politica_12.indd 16 22/11/2023 09:20

recebendo diferentes sentidos em diferentes ocasiões, ainda que quase sempre significando uma espécie de conhecimento ou sabedoria voltada à ação. Decidir, pois, por uma tradução que dê conta da pluralidade contida no original *phronesis* constitui um desafio.

Frente a essa questão polêmica, diversas opções foram sugeridas pelos comentadores. A tradução francesa de René Gauthier, datada de 1958, opta por "sabedoria" (*sagesse*),[15] assim como, entre nós, Marcelo Perine.[16] Outros preferem traduzir *phronesis* por "sabedoria prática", como Carlo Natali[17] (*sapere pratico*), David Ross[18] (*practical wisdom*) e os tradutores da edição da *Ética a Nicômaco* para a coleção *Os pensadores*, Leonel Vallandro e Gerd Bornheim.[19] Lucas Angioni propõe "sensatez".[20] Finalmente, o termo "prudência" é defendido, entre outros, por Pierre Aubenque (*prudence*),[21] no qual é seguido por Marco Zingano.[22]

É notório que a dificuldade de se traduzir a *phronesis* aristotélica reside na variedade de sentidos que esta adquire no todo da obra do filósofo. Aubenque relembra que no livro M da *Metafísica*, no *De caelo* e também nos *Tópicos*, Aristóteles faz uso da *phronesis* de acordo com o significado – atribuído a ela por Platão – de saber imutável do ser imutável, numa clara oposição à opinião ou sensação, que muda conforme a contingência.[23] Esse uso do termo, que o

15 Vale destacar a ferrenha crítica feita por Gauthier ao trabalho de Pierre Aubenque, pouco após a publicação deste em 1963. Ao falar sobre a *phronesis*, Gauthier ironicamente dedica uma nota de rodapé do tamanho de uma página para mostrar que "as teses do senhor Aubenque estão, infelizmente, muito mal apoiadas para serem discutidas proveitosamente" (Gauthier, 2002, p. 268-269).

16 Perine parece apenas seguir a tradução de Gauthier, apontada por ele próprio como sua referência. *Cf.* Perine (2006, p. 21, nota 4).

17 A preferência de Natali por *sabedoria prática* parece girar ao redor do papel da *phronesis* como a "sabedoria da ação". A primeira aparição dessa tradução em seu texto se dá na p. 35, e daí segue. *Cf.* Natali (1989, p. 35 *et seq*.).

18 Ross comenta mais detidamente a *phronesis* ao discorrer sobre as virtudes intelectuais apontadas por Aristóteles. *Cf.* Ross (1987, p. 215-221).

19 *Cf.* Aristóteles (1973, p. 245-436).

20 *Cf.* Angioni (2011, p. 304). A tradução feita por Angioni ao livro VI da *Ética a Nicômaco* encontra-se junto ao referido comentário, presente no volume 34 da revista *Dissertatio* (UFPel), entre p. 285-300.

21 Importante referência ao assunto, o livro *A prudência em Aristóteles* se dedica a examinar minuciosamente o espinhoso problema. Na primeira parte da obra, Aubenque esclarece a relação entre *phronesis* e *sophia*, as quais, para Aristóteles, não podem ser automaticamente associadas com a prudência e a sabedoria. A segunda parte do texto propõe uma interpretação da *phronesis* como prudência, localizando-a na tradição (à qual o Filósofo se refere diretamente). Por fim, a terceira parte apresenta o que Aubenque entende por "fonte trágica" da *phronesis*, sustentáculo de sua tese. Sobre a opção de tradução, *cf.* Aubenque (2008, p. 59-244). Para o original (em francês), *cf.* Aubenque (1963, p. 33-152).

22 *Cf.* Zingano (2007), que parece acompanhar a tradução defendida na obra de Aubenque, a quem cobre de elogios ("exemplo por excelência dessa 'art d'écrire' que somente os franceses manejam com destreza") em uma resenha de *A prudência em Aristóteles*, publicada em 2004 na Folha de S. Paulo. O texto está disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs1303200405.htm. Acesso em: mar. 2023.

23 *Cf.* Aubenque (2008, p. 21-22). Retornaremos à *phronesis* em Platão logo à frente.

prudencia_politica_12.indd 17 22/11/2023 09:20

aproxima do que representa a *sophia,* é responsável pela confusão que envolve os dois conceitos, o que consequentemente dificulta o processo de tradução.

No meu entendimento, é compreensível representar *phronesis* por *sabedoria prática* (ou correlatos) na medida em que esta conserva a origem da expressão, resgatando a acepção platônica da ideia, sem abrir mão de ressaltar seu caráter contingente, prático. Entretanto, o sentido que a *phronesis* adquire na *Ética a Nicômaco*, como virtude (ἀρετή, *areté*) da parte calculativa da alma, é fundamental não apenas para a teoria de Aristóteles – constituindo um dos pilares da sua ética –, como também para o debate que a partir daí se segue. Dessa maneira, é difícil não concordar com Pierre Aubenque ao preferir o termo *prudência*, estampado já no título de seu principal comentário ao tema.

Entender *prudência* como melhor tradução à *phronesis* aristotélica implica assumir uma posição. Ela se sustenta em duas razões: (I) a concepção de Aristóteles, ainda que beba da fonte platônica, claramente rompe com esta e responde a uma cadeia de processos (deliberação, escolha, justa medida) que não mais pode ser representada pelo registro da sabedoria e (II) é esse o termo que a tradição latina adotará para se referir ao conceito, o que prossegue até a modernidade.

Apesar de trazer diferentes sentidos nos textos, a *phronesis* está presente no corpo das três éticas aristotélicas – *Ética a Eudemo*, *Ética a Nicômaco* e *Magna Moralia*[24] –, nos *Tópicos* e também no *Protrético*. Contudo, ainda que apareça em muitas de suas obras, o conceito não surge em Aristóteles; mas, o uso que este faz dele, traz pistas sobre sua origem. Com razão, vários comentadores observaram a influência de Platão no uso aristotélico da *phronesis*, pois não é possível abrir mão da prudência platônica ao tentar compreender a formação desta de Aristóteles.

Ainda que pouco detidamente, Rowe mostra trechos e passagens de Aristóteles construídas a partir de Platão ou em oposição a ele,[25] assim como Donald Allan observa – e critica – a tese de Werner Jaeger publicada em 1923, que vê o platonismo presente no *Protrético* conectado com a *Ética a Nicômaco.*[26] Berti,

24 *Magna Moralia* é há muito conhecida por ter sua autenticidade como texto de Aristóteles questionada. Zingano relembra que apesar da controvérsia – de que o material seja fruto de notas transcritas por um estudante, a partir de cursos do jovem Aristóteles –, a proximidade dela com as duas éticas, em particular com a *Ética a Eudemo*, já justifica sua importância, *cf.* Zingano (2007, p. 9). Aubenque tem visão semelhante, admitindo a obra no rol de livros do Filósofo ao afirmar que "tratando-se de Aristóteles, os conceitos de autenticidade e inautenticidade são muito relativos" (Aubenque, 2008, p. 15, nota 11). Christopher Rowe corrobora o movimento de incluir a *Magna Moralia* no conjunto das éticas, mesmo concordando que ela seja apócrifa, *cf.* Rowe (1993, p. 168).

25 *Cf.* Rowe (1993, p. 168-220).

26 *Cf.* Allan (1962, p. 173-174).

prudencia_politica_12.indd 18 22/11/2023 09:20

por sua vez, vê como uma conquista de Aristóteles frente a Platão a distinção entre *phronesis* e filosofia prática, entendidas como sinônimas pelo discípulo de Sócrates.[27]

Observando as virtudes intelectuais, categoria na qual Aristóteles inclui a prudência na *Ética a Nicômaco*, Richard Sorabji oferece um detalhado cotejamento entre os textos aristotélicos e as obras de Platão, mostrando influências e discordâncias[28] de ambos. Indo direto ao ponto, Marcelo Perine resume que:

> (…) a concepção aristotélica da *phronesis* distancia-se da concepção de Platão, expressa no *Ménon*, no *Górgias* e, sobretudo, no *Fédon* (62d-69c) e no *Filebo*. Para Platão, a *phronesis*, mesmo quando dirige a ação, o faz elevando-se acima de si mesma, isto é, na medida em que é um conhecimento transcendente adquirido na contemplação da Ideia do Bem. A *phronesis* aristotélica, ao contrário, não é uma ciência contemplativa, mas uma sabedoria prática que dirige imediatamente a ação pelo conhecimento do singular e dos meios. Porém, essa sabedoria prática é verdadeira e, portanto, normativa, pois conhece universalmente o fim da vida humana (…).[29]

Ao resumir a diferença entre a *phronesis* platônica e aquela de Aristóteles, Perine destaca o papel da ontologia nessa equação, diferença determinante na sustentação metafísica de cada concepção. Se para Platão a *phronesis* é correlata em si mesma a um conhecimento superior, o mesmo não acontece com a prudência aristotélica. Como, portanto, o estagirita teria produzido a partir daí uma concepção tão diferente daquela de seu predecessor?

Dentre os estudos sobre a *phronesis*, dois se sobressaem: Pierre Aubenque e Carlo Natali; o segundo claramente influenciado por aquele. Aubenque foi o primeiro a se aprofundar nessa análise, e o resultado de sua pesquisa gerou uma tese diversa daquela da procedência platônica: não reside em Platão a origem da prudência aristotélica (ainda que sua influência seja inegável), mas sim na tradição, cuja noção de *phronesis* é abraçada por Aristóteles. Não é difícil notar que a prudência do Filósofo se distancia daquela do discípulo de Sócrates, mas

27 *Cf.* Berti (1998, p. 143-144).

28 *Cf.* Rorty (1984, p. 211-214).

29 Perine (2006, p. 25-26).

prudencia_politica_12.indd 19 22/11/2023 09:20

Aubenque, e posteriormente Natali, parecem insistir com vigor no peso da tradição na formulação do estagirita. Segundo eles nos mostram, parte da virada trazida pela *phronesis* de Aristóteles reside na síntese inédita feita por ele, ao agregar as contribuições antigas e a de Platão em um novo sistema, coeso e sólido, como deve ser a base de uma teoria que se proponha a guiar as ações humanas. Separados por quase quatro décadas e pelas diferenças consequentemente trazidas por elas, Natali parece acompanhar as principais teses de Aubenque (ao qual mais adiante retornaremos).

O cuidadoso trabalho de Natali, *La saggezza di Aristotele*, anuncia já no título do primeiro capítulo o ponto de partida do autor no estudo da prudência aristotélica, que ele situa entre *platonismo* e *tradição*. O italiano expõe um panorama claro da formulação referente à prudência no imaginário popular anterior aos filósofos de linhagem socrática, majoritariamente influenciado pelas elaborações mitológicas. Buscando sobreviver num mundo de condições adversas e repleto das surpresas do devir – ambiente natural de obras como a *Odisseia* –, os gregos cunham a ideia de *ação reta*, que busca estabelecer um marco de solidez em meio ao horizonte de incertezas da vida cotidiana. Em resposta, como critério para o bom agir, vê-se a presença dessa inteligência prática, desde os tempos de Homero, como componente indissociável da natureza humana. Aqui, a astúcia se consagra para a tradição na figura de Odisseu, um prudente exemplar.

Ainda pensando em ideais imagéticos, o estudioso relembra que poetas épicos como Píndaro e Teógnis apontam o polvo como modelo dessa prudência aristocrática, que estabelece para a época o ideal de ação a ser perseguido,

> O saber prático, portanto, se apresenta como senso de oportunidade, saber ler os sinais reveladores da evolução dos eventos futuros, saber encontrar analogia entre as situações; [o] modelo de μητις [*métis*] é o polvo, animal cheio de astúcia e capaz de se mimetizar nos mais diferentes ambientes. Este animal tinha para os gregos antigos a mesma função metafórica que há para nós, hoje, o camaleão, mas sem as conotações negativas que atribuímos a adjetivos como "camaleônico".[30]

A partir de textos como os de Isócrates, Natali ressalta a influência que o autor da *Ilíada* tem sobre o paradigma de vida prática na Atenas do século IV a.C.,

30 Natali (1989, p. 26).

prudencia_politica_12.indd 20 22/11/2023 09:20

a despeito das objeções de Platão à importância dele.[31] Guia de comportamento para a época, a obra de Homero traz em si "máximas de sabedoria", princípios de escolha prática que posteriormente aparecerão em Aristóteles e mesmo na obra platônica, a exemplo da valorização da experiência frente à norma como parâmetro de exame de casos individuais.

Em Platão, é famoso o exemplo da pontaria do arqueiro posto em analogia às leis – regras objetivas e generalizantes – que não podem ser equiparadas à arte de governar, na medida em que elas, como o atirador, "miram" a justa punição para um delito hipotético, cabendo ao julgador alinhar adequadamente essa pena, com base na especificidade de cada caso. Para o filósofo, é a ciência (ἐπιστήμηm, *episteme*) que supera a imprecisão das normas gerais, "pois nenhuma lei ou regra é mais poderosa do que o conhecimento do caso (ἐπιστήμη)".[32] Segundo Natali, Platão entende que as leis são válidas de um modo geral e na maioria dos casos, pois são feitas em vista de uma "ἐπιστήμη prática rigorosa, baseada no conhecimento da estrutura metafísica da realidade";[33] o que não parece dar conta, porém, da particularidade de cada situação, em oposição ao caráter genérico das leis. Essa concepção, pautada pelo respaldo ontológico que somente a ciência verdadeira – derivada do Bem – pode oferecer, produz uma normatividade objetiva, reflexo do saber superior, e que como tal não pode ser de maneira diferente.

Essa formulação será deixada de lado por Aristóteles, que retira da ἐπιστήμη seu papel central como referência metafísica, abrindo caminho para outra fundamentação à *phronesis*.

Ao buscar um pensamento filosófico voltado para a prática, o estagirita aponta para uma prudência atenta às situações que deve guiar, antes direcionada à contingência da ação que a referências epistemológicas distantes. A filosofia prática de Aristóteles entende que discursos universais sobre a ação, ao contrário daqueles referidos a casos particulares, costumam ser insuficientes, por não conseguirem se adaptar às particularidades exigidas a cada momento.

Discutindo o estatuto da *phronesis* em Aristóteles, Natali a compara com o conhecimento da física, na medida em que ambas implicam um saber empírico; não podem ser adquiridas pelos mais jovens e inexperientes, além de estarem abaixo da filosofia primeira, a metafísica; pois, nem o homem nem a natureza

31 As críticas platônicas, no livro X da *República*, à atenção exagerada dedicada aos ensinamentos presentes em Homero não passam desapercebidas a Natali (ibid., p. 28, nota 18).

32 Platão (1999, p. 386).

33 Natali (1989, p. 34).

prudencia_politica_12.indd 21 22/11/2023 09:20

são o que há de melhor no universo e, portanto, a ciência que se ocupa das realidades a eles superiores será, também ela, superior.[34]

A comparação trazida pelo italiano ajuda a lembrar que a ética aristotélica não menospreza o peso do saber universal no pensamento do filósofo, o que inclusive entraria em contradição com outros temas da obra. O caráter essencialmente prático da *phronesis*, porém, nos diz que muitas vezes o conhecimento específico do particular importa mais ao homem que age do que o saber universal abstrato e geral. O que determina isso, afinal, é o fim desse conhecimento, como explica Natali:

> Em primeiro lugar, não é possível confrontar as características da física e do saber prático sem ter presente o τέλος (*télos*) diferente das duas formas de saber. (…) O fim prático da φρόνησις (*phronesis*) inverte o grau de importância entre as proposições particulares e aquelas universais: dado que o fim é a ação, são mais importantes os juízos particulares, que buscam o que fazer no caso presente, que os juízos universais, válidos *hos epi to polu* (na maioria dos casos). Isso é dito claramente por Aristóteles, o qual sustenta que é melhor possuir os conhecimentos práticos universais que aqueles particulares, mas que, em vez de conhecer apenas o fim em geral, é melhor ter apenas os conhecimentos práticos detalhados e concretos (*EN* 1141b 14-21). Na biologia, por exemplo, é suficiente saber que, normalmente, as cabras têm quatro patas (para usar o exemplo de Barnes); mas no âmbito prático, por sua vez, em geral não basta saber basicamente que (por exemplo) os tiranos matam seus amigos, mas sim saber se este determinado tirano tentará ou não envenenar a nós, que somos seus amigos.[35]

Numa inversão epistemológica da teoria platônica, Aristóteles muda o referencial do conhecimento voltado para a ação, passando do universal ao particular. A melhor decisão não deve mais se pautar pelo ideal superior, abstrato;

34 Id. ibid., p. 42. Essa referência encontra-se tanto na *Metafísica* (VI 1, 1026b 27-30) quanto na *Ética a Nicômaco* (VI 7, 1141a 20-b 2).

35 Id. ibid., p. 43.

prudencia_politica_12.indd 22 22/11/2023 09:20

o ponto de partida do agente deve ser o conjunto de exemplos fornecido pelos particulares, a partir do qual é possível construir normas de comportamento. Por essa razão um jovem não pode ser dotado de *phronesis*: a experiência de vida fornece ao indivíduo saberes que lhe permitem construir uma série de "regras prudenciais", a partir das quais é possível inferir uma série de constatações acerca da ação. A *phronesis* decorre dessa experiência, e graças a ela o homem é capaz de contar com uma razoável capacidade de *previsão*. Ainda que lhe falte a onisciência divina, o prudente é dotado de um saber empírico geralmente válido. Segundo Natali, a ação humana singular é um comportamento decorrente de uma situação em grande parte previsível. Quando se estende a mão a alguém, espera-se que a pessoa retribua o cumprimento, o que normalmente acontece (ainda que possa não acontecer). Nas palavras do italiano, para Aristóteles "a ação humana individual não é entendida como uma aposta cega em um ambiente desconhecido, mas como um comportamento desenvolvido em uma situação em grande parte previsível, na qual é possível ter uma razoável confiança de se deparar com a resposta esperada".[36]

A fonte do pensamento ético de Aristóteles, os antigos, aparece novamente no resgate feito por ele da doutrina da justa medida (μεσότης, *mesótes*),[37] parte da teoria que engloba a *phronesis*. Também Platão resgata essa ideia,[38] presente nos sábios e poetas da tradição. Mas, para Natali, as concepções dos dois filósofos acerca da justa medida encontram-se em campos opostos, e baseiam-se em diferentes visões sobre a *phronesis*.

Em resumo, Aristóteles insiste na dificuldade de se encontrar a justa medida em cada situação, ao entender que em cada caso esta deve ser localizada entre os extremos possíveis, o excesso (*hyperbolê*) e a falta (*élleipsis*), mas nunca imediatamente associada com o meio-termo matemático. Se a *mesótes*, portanto, não está sempre no meio, Natali assume que ela é entendida por Aristóteles não como um ponto, mas sim como um segmento.[39] Na visão do italiano, a tradição de comentários à questão superestima a importância da justa medida para a *phronesis* aristotélica, dado que as virtudes intelectuais (como a prudência) não são reguladas a partir da justa medida; ao contrário, elas é que "determinam a

36 Id. ibid., p. 46.

37 Outro termo de nome disputado, *μεσότης* costuma ser traduzido também como "justo meio", "mediania" ou "meio-termo".

38 O uso platônico da expressão encontra-se principalmente no *Político*. Natali comenta o uso feito por ele nas p. 47-50.

39 Id. ibid., p. 55.

prudencia_politica_12.indd 23 22/11/2023 09:20

justa medida em relação aos fins práticos da ação humana",[40] de modo que a *phronesis* não pode ser resumida a uma mera mediania entre extremos.

Não podendo se limitar, portanto, a uma mera mediania, a *mesótes* traz consigo a busca por um equilíbrio entre as partes, o que incide diretamente sobre uma questão fundamental da teoria da prudência: a relação entre fins e meios, e como eles se conectam com a virtude moral. Sobre esse aspecto, é importante lembrar que já no livro II da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles se preocupa com a possibilidade de que a busca pela melhor ação possa levar a um desvio da boa conduta. Pensando o problema da delimitação moral da justa medida, o Filósofo reforça o quão dinâmico e flexível a cada caso particular deve ser o parecer do agente, justificando que, às vezes, um homem chega a precisar até mesmo se afastar da bondade em suas ações,[41] o que mostra a elasticidade que pode alcançar a *mesótes*, tendo em vista a relação entre fins e meios.

Se por um lado a justa medida constitui um fim da ação – dado que aquele que age deve por ela prezar –, ela própria, contudo, não é um objeto de escolha; a justa medida é entendida essencialmente como um método, por meio do qual o agente, através de uma ação conjunta entre a parte emotiva da alma e as virtudes intelectuais, pode determinar as escolhas práticas.

Enquanto a primeira parte do comentário de Natali nos ajuda a esclarecer o peso da tradição na concepção prudencial aristotélica, ainda é de Pierre Aubenque – e seu livro publicado em 1963 – o mérito de mostrar a transformação sofrida pela *phronesis* no decorrer da obra do estagirita. Atento ao anacronismo de se incluir a prudência no rol de virtudes dos tratados morais contemporâneos, Aubenque se propõe a "resgatar" o valor dela para as teorias éticas, cuja importância encontra seu reconhecimento até meados do racionalismo moderno. A prudência dos gregos, aponta o autor, é mais importante para a formação de nosso pensamento moral do que até aqui se tem acreditado.

O trabalho do estudioso francês se inicia voltado às fontes da *phronesis* de Aristóteles. Lá, Aubenque observa que em diversos trechos o Filósofo se refere à prudência por meio da concepção platônica – de *saber imutável do ser imutável* –, que a projeta no campo da sabedoria divina. No livro VIII dos *Tópicos*, o termo é usado para designar o saber filosófico (φιλοσοφίαν φρόνησιν),[42] o saber verdadeiro, superior. O mesmo ocorre no *De Caelo*, na *Metafísica* e na *Física.*[43] A conclusão de Aubenque não poderia ser outra:

40 Id. ibid., p. 51.

41 Esse trecho importante, presente em *EN* II, 9, 1109b 18-23, retornará mais à frente.

42 Aristóteles (1973, p. 157).

43 As referências a essas passagens estão em Aubenque (2008, p. 21).

prudencia_politica_12.indd 24 22/11/2023 09:20

> (…) resta que a *phronesis* designa, nesses textos de Aristóteles, um tipo de saber conforme o ideal platônico de ciência e que em nada se diferencia do que Aristóteles descreve longamente no começo da *Metafísica* sobre outro nome, o de *sophia*. A prova é que, para caracterizá-la e mostrar que ela é a ciência primeira, arquitetônica, a que não tem em vista outra coisa que não a si mesma como seu próprio fim, não hesita em qualificá-la como *phronesis*.[44]

A partir dessas obras, *sophia*, a ciência original do mundo apontada por Platão, e a *phronesis*, seriam entendidas como sinônimos, sem distinção. Mas há um porém.

Na *Ética a Nicômaco* ocorre uma mudança radical. Se em outros textos do autor a *phronesis* é associada com a ciência e a sabedoria superior, na *EN* ela recebe um sentido oposto, que percorre toda a obra. Ali, a *phronesis* é definida como a *virtude da parte calculativa da alma*, flexível a cada situação e que se aplica somente às ações humanas terrestres. No texto é clara a recusa do autor ao primado da *phronesis*, ao afirmar que "seria estranho se a arte política ou a sabedoria prática fosse o melhor dos conhecimentos, uma vez que o homem não é a melhor coisa do mundo".[45]

Aubenque ressalta que na *EN*, mais do que ganhar um significado diferente do de *sophia*, a *phronesis* recebe um sentido *oposto* ao daquela, na medida em que, antes associada ao campo do saber transcendental imutável, agora a *phronesis* passa a pertencer ao domínio do contingente, como virtude da parte calculativa da alma, significado que passou à posteridade. Para o francês, é a tradição latina a responsável por perpetuar a tradução de *phronesis* como prudência (*prudentia*), a partir da leitura do conceito presente na *EN*.

A associação entre *phronesis* e *sophia*, frequente nas outras obras do estagirita, esbarra, pois, nesse obstáculo criado pela *Ética a Nicômaco*, que insiste em entender a *phronesis* não como ciência ou sabedoria, mas como virtude. É esse o problema original da prudência aristotélica. Mas, para responder à contradição presente nos diferentes sentidos da *phronesis* em Aristóteles, Carlo Natali e Pierre Aubenque desenvolvem raciocínios distintos, ainda que próximos quanto às conclusões.

44 Id. ibid., p. 43.

45 Aristóteles (1973, p. 346). Essa passagem está em *EN*, VI, 7, 1141a 20.

prudencia_politica_12.indd 25 22/11/2023 09:20

Natali inicia seu comentário à questão discutindo a reconstrução da *phronesis* feita por Hans von Arnim a partir dos *Tópicos*. Lá, von Arnim sugere que sob influência platônica, Aristóteles teria associado a *phronesis* a uma espécie de saber científico, mas que tal concepção teria sido logo em seguida abandonada pelo Filósofo. Refazendo o caminho do filólogo alemão, Natali se debruça sobre os *Tópicos*, em que a *phronesis* sintetizaria, segundo von Arnim, simultaneamente ciência teórica e ciência prática, chegando a considerar em dado momento que a prudência fosse ao mesmo tempo virtude e ciência (o que seria claramente recusado pela *EN*).

Perturbado pela indefinição da *phronesis* – que, afinal, seria ciência ou virtude? –, Natali passa dos *Tópicos* à *Ética a Eudemo*, outra das primeiras fontes aristotélicas da questão. Debruçando-se sobre passagens particularmente confusas da *EE*, o italiano identifica, ao fim de um argumento aristotélico sobre a virtude e as ciências, que a *phronesis* não é uma *episteme*[46] – apesar da ausência de algo ali que a determine como virtude (o que aparecerá logo à frente). Ao fim do capítulo, Aristóteles concluirá que Sócrates se enganava ao afirmar a *phronesis* como ciência, pois ela é virtude: "[a *phronesis*] é uma virtude e não uma ciência, sendo um outro gênero de conhecimento".[47]

Após a leitura do tortuoso percurso de Aristóteles nesses textos sobre a prudência, Natali sustenta que nos *Tópicos* e na *Ética a Eudemo* há vários problemas e aporias acerca da natureza da *phronesis*, que só serão esclarecidos posteriormente, na *Ética a Nicômaco*. Assim, ainda que as primeiras obras não sejam de todo incompreensíveis, elas não se esclarecem por si só, porque talvez o próprio pensamento aristotélico ainda não houvesse sido totalmente elaborado. Segundo Natali,

> (…) tanto os passos dos *Tópicos* quanto da *EE* têm uma mesma característica comum: são todos textos obscuros, difíceis, controversos inclusive do ponto de vista textual, como se Aristóteles estivesse lutando com uma dificuldade não resolvida em seu pensamento.[48]

46 Ao fim da discussão, Aristóteles conclui em 1246a 38-b 1 que "as virtudes não podem ser ciências" (id., 1997, p. 206).

47 Id. ibid., p. 208.

48 Natali (1989, p. 65).

prudencia_politica_12.indd 26 22/11/2023 09:20

Pierre Aubenque, por sua vez, desenvolve outro caminho até a formulação da *phronesis* como virtude na *Ética a Nicômaco*, partindo da tese "evolutiva" de Werner Jaeger sobre o trabalho do estagirita.

Segundo Aubenque, Jaeger oferece uma resposta à suposta contradição de sentidos percebida pelos comentadores na *phronesis* aristotélica: não haveria aí uma contradição, diz o estudioso alemão, mas uma *evolução* do conceito dentro do pensamento, que marcaria o gradativo processo de afastamento do Filósofo frente a teoria platônica. Em resumo, Jaeger pauta essa transformação do conceito a partir de dois momentos da obra. Num primeiro momento, Aristóteles partiria da *phronesis* presente no *Filebo* de Platão, em que ela corresponde à contemplação como fundamento da vida real, o que é denominado por Jaeger como "fase teológica" do conceito. O rompimento do Filósofo com a teoria das Ideias, porém, traria consigo a divisão entre metafísica e ética, com a consequente separação entre razão teórica e razão prática, até então unidas no âmbito da *phronesis*. Isso levaria ao trabalho encontrado na *Ética a Nicômaco*, na qual Aristóteles retiraria da *phronesis* toda a significação teórica, "para ver nela apenas uma espécie de senso moral, capaz de orientar a ação rumo ao que é imediatamente útil e bom para o homem (…)".[49]

A partir da transformação realizada na *EN*, que retira da *phronesis* o conhecimento verdadeiro das coisas – nela restando apenas a orientação prática da ação –, outro termo deve representar o saber contemplativo; para isso, Aristóteles opta por *sophia*, que a partir de então deixa de se associar à *phronesis* para, ao contrário, a ela se opor. Da prudência nasce, assim, a sabedoria na *Ética a Nicômaco*, em clara oposição ao sentido de *phronesis* presente no *Protrético* e na *Ética a Eudemo*, lá mais próximo de *sophia*.

Para reforçar sua tese de que não há contradição – mas transformação – nos diferentes significados da *phronesis* em Aristóteles, Jaeger chega a recorrer à *Magna Moralia*, entendida por ele como inautêntica. Ali, narra Aubenque, estaria para o filólogo a comprovação pós-aristotélica da evolução do conceito. Sobre o comentário de Jaeger, o francês conclui:

> Assim, a doutrina aristotélica da prudência não representaria senão um momento de uma história mais geral: a da evolução do ideal filosófico de vida, que caracterizaria uma espécie de alternância entre o elogio da vida ativa e o da vida de ócio. Se, dos pré-socráticos aos sofistas, a curva

49 Aubenque (2008, p. 27).

prudencia_politica_12.indd 27 22/11/2023 09:20

> vai da contemplação à ação, Sócrates e sobretudo Platão a infletem em direção à vida contemplativa. (…) Mas esta síntese é novamente dissociada por Aristóteles.[50]

Enquanto, pois, para Jaeger haveria uma evolução da *phronesis*, que se desenvolveria no decorrer dos textos aristotélicos através de uma linha contínua de pensamento, Aubenque segue outra direção. Partindo precisamente de uma crítica à tese de Jaeger, o francês propõe uma nova interpretação da *phronesis* de Aristóteles, reinserindo o conceito no radar de estudos sobre o autor.

As divergências de Aubenque com o comentário de Jaeger se sustentam principalmente sobre duas frentes: as fontes bibliográficas e a interpretação propriamente dita da obra.

Quanto à primeira, o grande erro do filólogo alemão teria sido atribuir demasiado peso a textos pouco importantes para o desenvolvimento da *phronesis*, fontes laterais ou muito obscuras. O grande texto sobre a prudência, nos mostra Aubenque, é a *Ética a Nicômaco*, o verdadeiro tratado sobre a *phronesis*. Enquanto Jaeger se debruça sobre diálogos platônicos que teriam influenciado Aristóteles, ou mesmo obras de autenticidade contestada (como a *Magna Moralia*), é em passagens claras da *EN* que se encontram formulações diretas sobre o conceito; como no livro VI, no qual, sem meias palavras, Aristóteles determina que a prudência não é a forma mais elevada de saber.[51] Ao observar a obra determinante para a questão, percebe Aubenque, mostram-se inócuos os questionamentos de Jaeger sobre detalhes cinzentos de textos que apenas tangenciam o assunto; desaparece o quadro de disputas entre ideias de vida alternantes, visto por Jaeger em sua "evolução" do conceito. Não há no decorrer da obra do estagirita um conflito constante entre uma prudência vinculada à prática e uma sabedoria ligada ao campo teórico; cada uma desempenha seu papel, complementarmente à outra. Nas palavras de Aubenque, "para Aristóteles, a prudência será sempre um sucedâneo, o *substituto* imperfeito de uma sabedoria mais que humana".[52]

Nesse âmbito que vai além do homem, aliás, reside o segundo pilar da crítica a Jaeger. Preso em demasia à influência da *phronesis* platônica sobre Aristóteles, o alemão deixa de lado, segundo Aubenque, a conexão do conceito com outros aspectos da teoria aristotélica, cuja capilaridade já é razão suficiente para impedir uma análise conceitual que se detenha apenas sobre a ética. Enquanto

50 Id. ibid., p. 31-32.

51 *Cf. EN*, VI, 7, 1141a 20 e passagens seguintes.

52 Aubenque (2008, p. 37-38).

prudencia_politica_12.indd 28 22/11/2023 09:20

o livro VI da *EN* traduz uma espécie de "antiplatonismo", em que Aristóteles faz questão de mostrar que toma por *phronesis* segundo o uso vulgar do termo (oposto ao de Platão), Jaeger dá demasiada atenção a textos como o *Protrético*, deixando de lado aspectos metafísicos e ontológicos concernentes à prudência aristotélica para dar lugar à influência do discípulo de Sócrates. Aubenque é feroz ao criticar as limitações do estudo de Jaeger, apesar da relevância dele para a época. Se o filólogo é competente ao encontrar nos livros as referências à *phronesis*, especialmente em Platão, ele falha ao não enxergar a dimensão da teoria aristotélica da prudência, que exige pensar o papel da ação humana, ultrapassando a esfera da ética. Entender a *phronesis*, nos ensina Aubenque, implica entender as concepções de mundo que sustentam esse conceito. Ora, como pensar a separação entre sabedoria e prudência sem entender o hiato entre o particular e o universal? Como decifrar um princípio de ação humana, estritamente vinculado à contingência, deixando de lado aquilo que constitui o agente? Em uma bela passagem, Aubenque arremata a crítica a Jaeger ao abrir caminho para sua própria interpretação:

> Não se pode falar da prudência sem se perguntar por que o homem tem de ser prudente neste mundo, *prudente* mais do que sábio ou simplesmente virtuoso. O problema da prudência (…) não poderia ser resolvido enquanto não se fizesse dele um problema metafísico. (…) O que é permitido ao homem conhecer? O que deve fazer ele em um mundo onde reina o Acaso? O que pode esperar de um futuro que lhe é oculto? Como permanecer nos limites do homem, nós que somos homens? A resposta, incansavelmente repetida pelos coros da tragédia, tem uma palavra: φρόνησις. (…) Mas, porque sempre se viu Aristóteles à sombra de Platão, acabou-se por esquecer que ele era antes um grego, talvez mais Grego que seu mestre, mais próximo que este da *prudência* reverencial, verdadeira mensagem trágica da Grécia, da qual Platão acreditou enterrar os últimos escrúpulos, dissipar as últimas sombras, e que, no entanto, renasce no homem aristotélico que, num mundo dividido, não é mais dirigido pelo espetáculo de um Deus demasiado distante.[53]

53 Id. ibid., p. 54-55.

prudencia_politica_12.indd 29 22/11/2023 09:20

Ressaltando a oposição a Platão, é o homem o ponto de partida da teoria do estagirita sobre a *phronesis*. Seguindo o caminho trilhado por Aristóteles, também Pierre Aubenque parte do portador da prudência para explicá-la. Já o título de seu primeiro capítulo, *O homem de prudência*, inicia o gradual afastamento das camadas superiores, em que a prudência é ideal e abstrata, trazendo-a para junto da contingência, no mundo onde vivem aqueles que dela fazem uso.

Apesar de a *phronesis* presente no livro VI da *EN* não ter recebido tanta atenção quanto as formulações cunhadas pelos estoicos, essa é fruto de um elaborado processo, responsável por assentar o conceito em bases epistemológicas que inclusive seriam mais tarde por eles reaproveitadas. Esse processo culmina com a definição derradeira dada por Aristóteles, que determina a *phronesis* como "disposição prática acompanhada de regra verdadeira concernente ao que é bom ou mau para o homem".[54] Aubenque resume em algumas etapas o caminho de Aristóteles até essa formulação:

1) O Filósofo parte do uso comum, que denomina *phronimos* (φρόνιμος) o homem capaz de deliberação (βούλευσις) (*EN* VI, 5,[55] 1140a 24).
2) Ora, só se pode deliberar sobre aquilo que é contingente, e a ciência (ἐπιστήμη) diz respeito ao necessário, portanto a prudência não pode ser ciência.
3) A prudência também não pode ser arte (τέχνη), pois a prudência visa a ação, enquanto a arte visa a produção.
4) Se a prudência não é nem ciência nem arte, ela só pode ser uma *disposição* (o que a diferencia da ciência) *prática* (o que a diferencia da arte). Até aí, pode-se concluir, no máximo, que ela é uma virtude (ἀρετή).
5) Por fim, Aristóteles entende que a prudência não é uma virtude moral, mas uma virtude intelectual, e que por conseguinte é diferente (e não a mesma coisa) da sabedoria.

54 *EN* VI, 5, 1140b 20.

55 É importante esclarecer que esse trecho se encontra precisamente na passagem entre o capítulo 4 e o capítulo 5 do livro VI da *EN*, de modo que a referência pode parecer confusa ao consultar diferentes fontes sobre o texto. Aqui, ao optar pelo capítulo 4 como referência, apenas sigo a escolha de Pierre Aubenque, que muito provavelmente segue a tradução de Gauthier. Não é o que acontece, contudo, na tradução brasileira que uso como referência (*Os pensadores*, de Vallandro e Bornheim), tampouco na mais recente de Lucas Angioni (2011): ambas incluem o trecho no capítulo 5.

prudencia_politica_12.indd 30 22/11/2023 09:20

O estudioso francês ressalta que a forma como Aristóteles descreve sua distribuição das virtudes é diferente da maneira platônica: enquanto o Filósofo parte da figura do prudente (*phronimos*) – um caso empírico e concreto –, Platão parte de uma divisão prévia das partes da alma (apetitiva, ativa e racional), que correspondem respectivamente às virtudes da temperança, coragem e sabedoria (*phronesis* ou *sophia*, dependendo do texto). A quarta virtude, a justiça, seria a responsável por harmonizar as demais. Essa categorização é a base da teoria das quatro *virtudes cardeais*, que se tornará conhecida graças ao estoicismo e carregará através dos séculos o legado da prudência, que passa a substituir a sabedoria nessa divisão, por meio das mãos de filósofos como Cícero.

Mais à frente será aqui tratada a recepção estoica da *phronesis*; entretanto, por ora, é pertinente atentar a essa origem relembrada por Aubenque: a prudência, uma das grandes virtudes cardeais desde ao menos a antiguidade tardia, passa a ocupar esse espaço em substituição – feita pelos estoicos – à sabedoria, grande protagonista da classificação platônica das virtudes. Essa substituição, não esqueçamos, se apoiará nas referências ambivalentes de Platão à sabedoria, cujos textos ora denominam *phronesis*, ora *sophia*.[56] Será, pois, ao traduzir a *phronesis* estoica, que Cícero faz uso do termo *prudentia*, "contração de *providentia*, que evoca a ideia de previdência, de saber eficaz".[57]

O caráter não sistemático da teoria aristotélica das virtudes contrasta com a maneira platônica de observá-las, ao basear-se num método empírico, que analisa o homem virtuoso para, *a partir dele,* se compreender a virtude. A inversão feita aqui por Aristóteles troca a ordem dos fatores ao observar o objeto somente após olhar o sujeito que o detém. Para a gênese desse pensamento, mais importante que a ideia de prudência é a existência concreta do prudente, do qual parte a constatação da existência dela (prudência). Aubenque percebe com nitidez como as diferentes concepções dos dois filósofos produzem consequentemente dois entendimentos distintos sobre a *phronesis*. Ensina-nos o comentador que:

> Enquanto Platão não parece ter posto em dúvida que um saber suficientemente transcendente poderia abranger a

56 Ainda que o conjunto dos textos de Aristóteles traga também uma ambivalência no sentido dessas expressões, a teoria presente na *Ética a Nicômaco* é contundente ao exigir que se diferencie a *phronesis* da *sophia*, na medida em que – ao contrário da visão platônica – a primeira só existe em oposição da segunda, em campos distintos de conhecimento e ação.

57 Aubenque (2008, p. 63, nota 9).

prudencia_politica_12.indd 31 22/11/2023 09:20

> totalidade dos casos particulares, Aristóteles nunca espera poder deduzir o particular do universal.[58]

Consequentemente, ao limitar a determinação do universal sobre o mundo, o estagirita devolve ao agente a autonomia sobre si próprio:

> O que [Aristóteles] quer dizer é que nem todos os homens têm o mesmo valor, e que se não há mais, como para Platão, uma medida transcendente que permitia julgá-los, são os homens de valor que são juízes do próprio valor.[59]

Não à toa, como produto desse processo, o sexto livro da *Ética a Nicômaco* estabelece em 1140a 24 que "poderemos compreender a prudência se considerarmos quem são os chamados *prudentes*". É essa a primeira etapa da construção da *phronesis* aristotélica.

Se, portanto, na teoria platônica, o conhecimento da prudência decorre da Ideia verdadeira desta, Aristóteles nos traz o contrário: é a partir do detentor da *phronesis*, o prudente, que a podemos conhecer. É claro que o prudente não é ele próprio a prudência – o ente em seu estado puro –, tampouco a produz, inventando-a. O prudente encarna a prudência, trazendo nas ações que realiza as escolhas que a caracterizam. Para Aubenque, ele não é a reta regra; ele a segue, a partir do aprendizado que extrai da natureza e da experiência. Com o afastamento das Ideias platônicas, o saber do *phronimos* passa a se assemelhar mais ao do carpinteiro – que produz por aproximação, a partir da experiência – que à precisão matemática do geômetra.

Pierre Aubenque, assim como posteriormente Gérard Lebrun, enxerga nesse processo a personificação da norma de ação na imagem do *phronimos*, a colocação do homem à frente da diretriz que o deve guiar. Silvana Ramos observa que:

> A interpretação de Aubenque, abonada por Lebrun (1987), nega a noção de regra para dar conta da figura exemplar do prudente, em proveito da ênfase sobre a atuação particularista deste, sempre capaz de justificar

58 Id. ibid., p. 75.

59 Id. ibid., p. 80.

prudencia_politica_12.indd 32 22/11/2023 09:20

> sua própria ação ou, melhor, de fundá-la em uma razão, *logos*, sem se comprometer com a admissão de regras que valeriam para muitos ou todos os casos.[60]

Contudo, daí surge uma questão. Se o prudente não age a partir de uma norma, tampouco está pautado pela Ideia verdadeira, qual é o parâmetro objetivo que determina a sua ação? Se ele não é, pois, o detentor da sabedoria, como sabe a melhor maneira de agir?

Não há dúvida de que uma das intenções de Aristóteles no livro VI da *EN* é se opor à ciência dos inteligíveis; e isso é feito a partir da prudência. Essa construção se reforça nas escolhas do filósofo, por exemplo ao tomar Péricles, o prudente, como referência de boas decisões, ao invés de optar por sábios tradicionais, como Parmênides e Pitágoras, louvados por Platão. Mas a obra aristotélica não apenas *escolhe* o prudente; ela justifica essa escolha, a partir das especificidades da deliberação. E entender como opera o julgamento do *phronimos* aprofunda ainda mais as diferenças entre a sabedoria e a prudência.

A tese que proponho neste livro se alinha à interpretação dada por Pierre Aubenque ao problema do parâmetro de ação do prudente. Para o francês, o homem dotado de prudência não age segundo uma norma, mas a partir de sua própria experiência, aliada com a virtude. Essa leitura permite identificar, já desde a origem da *phronesis* (no *phronimos*), dois aspectos importantes da formulação antiga: a prudência – em oposição à sabedoria – como saber responsável pelo agir e o papel imprescindível da virtude nessa equação, inseparável da prudência.

Um dos grandes desafios da *EN*, no que diz respeito à *phronesis*, é mostrar como, ao abdicar de referências metafísicas para o conhecimento verdadeiro da ação, não coloca em xeque a solidez de seu sistema ético. Aristóteles precisa esclarecer que abrir mão de um pressuposto ontológico, portanto, não inviabiliza a construção de uma teoria dedicada a definir o melhor agir. Ao lembrar que o fim do agir humano é propriamente realizar a melhor ação possível, o capítulo 5 do livro VI da *Ética a Nicômaco* volta a repetir o grande paradigma do *phronimos*:

> Daí o atribuirmos sabedoria prática [*prudência*] a Péricles e homens como ele, porque percebem o que é bom para si mesmos e para os homens em geral: pensamos

60 Ramos (2018, p. 57).

prudencia_politica_12.indd 33 22/11/2023 09:20

> que os homens dotados de tal capacidade são bons administradores de casas e de Estados.[61]

O homem prudente, munido de uma visão de conjunto, é capaz de conhecer não apenas o melhor para si mesmo; experiente, ele sabe também o que é melhor para os outros homens. Esse *saber* não se dá a partir da *sophia*, da sabedoria do mundo e das ciências, mas sim por meio de uma arte adquirida com o tempo, uma espécie de inteligência, pautada pela experiência e atrelada à virtude: a prudência. Através da prudência, o agente consegue escolher o melhor fim, mas também os melhores meios que permitam alcançá-lo.

Retornar à *phronesis* é, portanto, sempre necessário ao se pensar o vínculo entre fins e meios. A esse tema tão caro à filosofia política – em especial ao Renascimento após Maquiavel –, Aristóteles nos oferece através da *EN* uma elaboração rigorosa, que estabelece os conceitos (e as relações entre eles) que darão o tom do debate prudencial na modernidade. O príncipe prudente da razão de Estado, cuja habilidade lhe permite se distanciar da virtude para garantir que seus fins sejam realizados, é uma imagem que se afasta em absoluto do *phronimos* aristotélico, o modelo de homem grego. A meu ver, essa diferença é cristalina no texto aristotélico.

Ao comentar os limites da justa medida, ainda no segundo livro da *EN*, Aristóteles assinala que às vezes um homem chega a precisar se afastar levemente da bondade em determinadas ações, o que seria uma prova da capacidade de adaptação da mediania a cada situação. Diz ele:

> (…) especialmente nos casos particulares (…) às vezes louvamos os que ficam aquém da medida, qualificando-os de calmos, e outras vezes louvamos os que se encolerizam, chamando-os de varonis. Não se censura, contudo, o homem que se desvia um pouco da bondade, quer no sentido do menos, quer do mais; só merece reproche o homem cujo desvio é maior, pois esse nunca passa despercebido.[62]

Se aqui o autor parece apontar um caminho, não é essa, porém, a estrada que ele segue no decorrer da obra. Não esqueçamos que mesmo deixando de

61 Aristóteles (1973, p. 344).

62 Id. ibid., p. 277.

prudencia_politica_12.indd 34 22/11/2023 09:20

lado as Ideias, a ética aristotélica não perde seu lastro moral, que transfere ao prudente. Humano que é, ele pode escapar à exatidão da perfeição, mas não deixa de perseguir verdadeiramente a boa conduta. Imediatamente após o trecho acima, o próprio estagirita se questiona: "mas até que ponto um homem pode se desviar sem merecer censura?". A resposta a essa pergunta retórica será dada por ele mesmo, que se mostra incapaz de tolerar uma prudência que se afaste da virtude.

O fim, explica Aristóteles logo a seguir, no livro III, só pode ser aquilo que desejamos – portanto um fim não pode ser acidental –, enquanto o meio é aquilo acerca do qual deliberamos. Ou seja, "não deliberamos acerca de fins, mas a respeito de meios"[63] (*EN*, III, 3, 1112b 12), de modo que dada a finalidade, procuramos os meios mais fáceis ou mais eficazes para realizá-la.

Nessa equação do agir, o primeiro fator (fim desejado) dá origem ao segundo fator (meio escolhido), cujo produto é o ato a ser realizado. Dividindo as etapas, o filósofo é categórico ao determinar que "o exercício da virtude diz respeito aos meios"[64] (*EN*, III, 5, 1113b 5-7). Não surpreende, portanto, que a virtude se relacione diretamente com a prudência, dado que também essa não é responsável pelo fim, mas pelos meios.

Pois quando não se alcança os meios (em direção ao fim), abandona-se a empreitada. "E se chegamos a uma impossibilidade", diz Aristóteles, "renunciamos à busca: por exemplo se precisamos de dinheiro e não há maneira de consegui-lo".[65] Isso ocorre também quando a virtude é destacada dos meios. Como afirma Zingano, "o homem de bem que delibera abandonará o fim se percebe que o único meio disponível acarreta um modo inaceitável de agir".[66] Isso é dito pelo estagirita de modo ainda mais claro logo à frente, em que fala:

> (…) pois quando depende de nós o agir, também depende o não agir, e vice-versa; de modo que quando temos o poder de agir quando isso é nobre, também temos o de não agir quando é vil; (…).[67]

Às vezes, portanto, quando a ação recorrer na maldade, a escolha mais adequada pode ser simplesmente não agir. Ainda que num primeiro momento

63 Id. ibid., p. 286.

64 Id. ibid., p. 287.

65 Id. ibid., p. 286.

66 Zingano (2007, p. 219).

67 Id. ibid., p. 277.

prudencia_politica_12.indd 35 22/11/2023 09:20

o melhor caminho até o fim pareça indicar o desvio moral, Aristóteles recusa em sua filosofia prática o recurso ao que é vil, atrelando a escolha dos meios à virtude. Essa decisão fica clara com a leitura do livro VI da *Ética a Nicômaco*, dedicado à *phronesis*.

Retomando as constatações anteriormente feitas sobre a justa medida, ele se inicia com uma distinção das partes da alma, o que leva a uma distinção das virtudes que compõem uma dessas partes, a racional. Esse trecho,[68] notadamente marcado pelo vocabulário platônico,[69] coloca em cena as virtudes intelectuais (dianoéticas). Em seguida, Aristóteles busca a função específica da parte intelectual da alma, de modo a encontrar as disposições ("estados habituais") que a acompanham. Ainda nessas passagens, ele conclui que a função específica da parte racional da alma é a verdade; mais especificamente a busca pela posse dela. O filósofo percebe que a *phronesis* não só possui a verdade prática, como também tende a realizá-la da melhor forma, conciliando a razão com o correto desejo.

Carlo Natali defende que nesse começo de *EN* VI Aristóteles responde a aporias presentes em outras de suas obras e finca a posição que defendeu em *EE* VIII 1, a saber, que as virtudes do intelecto e as virtudes do caráter andam sempre juntas. Para o comentador, a *phronesis* carrega tanta força "porque nela estão necessariamente vinculadas a justeza [*correttezza*] do desejo e a verdade da racionalidade".[70]

De fato, a posição do italiano é corroborada pelo texto da *EN*, que indica em seu segundo capítulo[71] a aproximação da virtude intelectual (a *phronesis*) com a virtude moral (ou "virtude ética"), esta última definida em 1139a 22-26 como "uma disposição de caráter relacionada com a escolha".[72] O que se constata nessas passagens é que o início do livro VI já denota como essas virtudes se conectam, como primeiro passo de um processo que constrói, no texto aristotélico, a estreita aproximação entre prudência e virtude, que aparecerá mais à frente no capítulo 13, em 1144b 27. Ainda que essa relação não esteja completamente clara aqui, ela já começa a se desenhar. Por enquanto, porém, o filósofo parece se concentrar mais em outras preocupações, que precedem a questão, como afastar seu conceito de *phronesis* daquele de Platão.[73]

Daí até o quinto capítulo, segundo Natali:

68 Aproximadamente entre 1138b 15 e 1139a 17.

69 *Cf.* Natali (1989, p. 75).

70 Id. ibid., p. 80.

71 Para esclarecimento, segue-se aqui a numeração de capítulos da edição Bekker.

72 Aristóteles (1973, p. 342).

73 *Cf. EN* VI, 2, 1139a 31-35. Natali (1989, p. 82-83) comenta a questão.

prudencia_politica_12.indd 36 22/11/2023 09:20

> (…) Aristóteles descreve as características de duas formas de saber diferentes da *phronesis*, a ciência e a técnica, de modo a conseguir, no capítulo 5, descrever a sabedoria *per differentiam* em respeito a essa [a prudência].[74]

Essa formulação da *sophia* em oposição à *phronesis*, ou seja, a partir desta, parece mais um indício do peso da prudência produzida por Aristóteles, marcado pela necessidade de opô-la à concepção platônica.

Como visto anteriormente, em *EN* VI, 5, para o estagirita a existência do prudente antecede a essência da própria prudência, efeito observado por Aubenque.[75] Nas palavras do Filósofo, "no que tange à *sabedoria prática* [*phronesis*], podemos dar-nos conta do que ela seja considerando as pessoas a quem a atribuímos".[76] É nesse capítulo 5 que, após uma sequência de categorizações e diferenciações, Aristóteles chega a uma derradeira definição de prudência, entendida como *disposição prática acompanhada de regra verdadeira concernente ao que é bom ou mau para o homem* (1140b 20). Considerando que a prudência não é nem arte nem ciência, ela é entendida como *disposição*; não apenas mera disposição, mas *disposição prática*, sinônimo de virtude.[77] Ou seja, não existe uma virtude da prudência pois ela própria é uma virtude. Essa passagem é fundamental para incluir, sem margem de dúvida, a *phronesis* no rol de virtudes aristotélicas, caminho que já é traçado desde o começo do livro VI. Para Aubenque, o esforço de Aristóteles em vincular a prudência à virtude é uma forma de mostrar que a *phronesis* não é mera inteligência sem lastro moral,[78] mera habilidade (*deinótes*), o que fica mais claro logo à frente no texto da *EN*.

Enquanto o capítulo 5 insiste no afastamento da prudência frente à ciência, na medida em que a primeira não possui um princípio demonstrável, bem como versa sobre coisas variáveis – ao contrário daquela –, *EN* VI, 7-8, se dedica em especial à sabedoria, e consequentemente às diferenças dela frente à *phronesis*. Como já visto, aqui Aristóteles recusa o primado da prudência ao afirmar que esta não pode ser entendida como "o melhor dos conhecimentos, uma vez que o homem não é a melhor coisa do mundo".[79] A esta posição faz jus a *sophia*, que é a mais apurada das ciências, responsável pelo conhecimento por

74 Id. ibid., p. 89-90.

75 *Cf*. Aubenque (2008, p. 63 *et seq*.).

76 Aristóteles (1973, p. 344).

77 Id. ibid., p. 345.

78 Aubenque (2008, p. 233-234).

79 Aristóteles (1973, p. 346).

prudencia_politica_12.indd 37 22/11/2023 09:20

natureza mais valioso. Porém, ainda que, diferente da sabedoria, a prudência verse sobre as coisas humanas, sem se ocupar dos universais, não se pode dizer que o conhecimento dos sábios os torne prudentes, pois "eles conhecem coisas ímpares, admiráveis, difíceis e prodigiosas, mas inúteis, porque não buscam os bens humanos".[80] É notável a maneira como Aristóteles conserva o destaque da sabedoria em sua hierarquia de virtudes, sem que esta, contudo, sobrepuje a prudência. Não se questiona a soberania da *sophia* sobre o conhecimento do mundo e das coisas; no que tange, porém, à ação humana, esta nada conhece: esse domínio pertence à *phronesis*.

Como prova disso, logo à frente, o capítulo 9 esclarece que o conhecimento dos prudentes foi por eles adquirido através da experiência, e não do estudo teórico. É por isso, diz o autor, que "não se acredita que exista um jovem dotado de sabedoria prática [*phronesis*]",[81] pois a maneira como alguém se torna prudente não é a mesma pela qual se produz o geômetra ou o matemático, já que a prudência não se identifica com o conhecimento científico. Um exemplo de saber alocado no campo da *phronesis* é o saber político, cujo peso na deliberação cotidiana do homem aristotélico é inegável, afinal, "não é possível que a parte de cada um esteja bem sem a boa administração da casa e da constituição da cidade".[82] Vale lembrar que na *Política*, Aristóteles estabelece que o maior dos bens só pode ser alcançado na *pólis*, comunidade possível apenas por meio da arte política. Portanto, ainda, que a *sophia* configure a maior das virtudes, a *phronesis* é aquela na qual reside o conhecimento do saber que permite alcançar o maior dos bens. Ambas, *sabedoria* e *prudência*, são cada qual "a virtude de uma parte distinta da alma".[83]

Em todo o texto da *Ética a Nicômaco*, a afirmação mais categórica sobre a relação entre *phronesis* e *sophia* se encontra na última passagem do livro VI, ao fim do décimo terceiro capítulo.[84] Nela, Aristóteles diz que

> (…) [a *phronesis*] não domina a sabedoria filosófica [*sophia*], isto é, a parte superior de nossa alma, assim como a arte médica não domina a saúde, pois não se serve dela, mas fornece os meios de produzi-la; e faz prescrições no

80 Id. (2011, p. 291-292). Para este trecho, a tradução de Lucas Angioni parece mais apropriada.

81 Id. (1973, p. 347).

82 Id. (2011, p. 293).

83 Id. ibid., p. 297.

84 Não à toa, Marcelo Perine aponta que nesse capítulo os interlocutores de Aristóteles são Sócrates, Platão e os acadêmicos. *Cf.* Perine (2006, p. 31).

prudencia_politica_12.indd 38 22/11/2023 09:20

> seu interesse, porém não a ela. Além disso, sustentar a sua supremacia equivaleria a dizer que os deuses são governados pela arte política porque esta faz prescrições a respeito de todos os assuntos do Estado.[85]

Na relação entre elas – cada qual em seu âmbito –, a prudência não governa a sabedoria, pois a sabedoria é o fim último da prudência. Não há confusão possível entre elas pois a *sophia* se debruça sobre a realidade do universal, do imaterial, enquanto a *phronesis* se encarrega do saber mundano, condicionado ao devir.[86] Como apontado por Enrico Berti, essa leitura pode ser confirmada inclusive em trechos da *Ética a Eudêmo*.[87]

Ainda no capítulo 13 de *EN* VI, Aristóteles coloca em cena uma noção fundamental para a construção de uma teoria da prudência e, principalmente, de sua recepção no Renascimento. Em 1144a 20-40, diretamente relacionado com a *phronesis*, aparece a *deinótes*, marca do hábil (*deinós*):

> Existe uma faculdade que se chama habilidade [*deinótes*], e tal é a sua natureza que tem o poder de fazer as coisas que conduzem ao fim proposto e a alcançá-lo. Ora, se o fim é nobre, a habilidade é digna de louvor, mas se o fim for mau, a habilidade será simples astúcia; por isso chamamos de hábeis ou astutos os próprios homens dotados de sabedoria prática [*phronesis*]. Esta não é a faculdade, porém não existe sem ela, e esse olho da alma não atinge o seu perfeito desenvolvimento sem o auxílio da virtude, como já dissemos e como, aliás, é evidente. E a razão disto é que os silogismos em torno do que se deve fazer começam assim: "visto que o fim, isto é, o que é melhor, é de tal e tal natureza…". Admitamos, no interesse do argumento, que ela seja qual for, mas só o homem bom a conhece verdadeiramente, porquanto a maldade nos perverte e nos leva a enganar-nos a respeito dos princípios

85 Aristóteles (1973, p. 353).

86 Para a tese que proponho neste livro, é fundamental perceber o equilíbrio entre prudência e sabedoria na obra aristotélica, posto que séculos mais tarde será possível constatar o rompimento dessa harmonia, principalmente pelos teóricos da razão de Estado, em favor da prudência.

87 *Cf*. Berti (1998, p. 156). A referência dada pelo comentador está em *EE*, VIII 3, 1149b 13-21.

prudencia_politica_12.indd 39 22/11/2023 09:20

> da ação. Donde está claro que não é possível possuir *phronesis* quem não seja bom.[88]

Segundo o filósofo, essa faculdade chamada *deinótes* tem o poder de realizar as coisas necessárias para se alcançar determinado fim proposto; e se este fim for bom, a *deinótes* é digna de louvor, mas caso seja mau, a *deinótes* é pura astúcia. Já a partir daí, aparecem algumas questões. Essa *habilidade* é uma faculdade da *phronesis* ou é ela própria? Não sendo a própria *phronesis*, afinal, quem é responsável por alcançar o fim proposto: a habilidade (uma faculdade) ou a *phronesis* (que é uma disposição)?

E ainda, se chamamos tanto os prudentes quanto os astutos de "habéis" (*deinós*), e se a habilidade que visa o mal é astúcia, como pode o prudente ser astuto, e, portanto, agir de forma vil? Faz-se necessário, deste modo, esclarecer o que vem a ser a *deinótes*, e qual a relação dela com a *phronesis*.

Deinótes (δεινότης) é um termo de tradução difícil, na medida em que apresenta na antiguidade um leque amplo de significados. Sua presença no léxico mitológico aponta para ao menos três sentidos principais atribuídos a *deinótes*: (I) amedrontador, terrível, assombroso; (II) maravilhoso, estranho; (III) digno de admiração, de reverência.

Uma das mais conhecidas referências antigas ao termo encontra-se na *Ode ao homem*, que se inicia na linha 332 da *Antígona* de Sófocles. Precisamente ali, o sentido conflituoso de *deinótes* aparece claramente, denotando a ambiguidade humana que se expressa errante entre o que fascina e o que causa temor: "Somam-se os assombros, / mas o homem ensombra o próprio assombro".[89]

Muito presente não apenas no repertório de Sófocles, mas também nos cantos de Homero[90] e outros poetas antigos, gradualmente o termo passa a incorporar a conotação de habilidade ou inteligência prática voltada à resolução de problemas. A destreza atribuída a personagens mitológicos como Prometeu e Odisseu, por exemplo, corresponderia à *deinótes*. É esse o sentido encontrado no texto de Aristóteles.

Tal como a φρόνησις, δεινότης encontra também certa variedade nas traduções da *Ética a Nicômaco*, ainda que todas conservando o mesmo sentido. Enquanto David Ross opta por *inteligência* (cleverness), e Lucas Angioni por *destreza*, a preferência por *habilidade* como melhor tradução latina ao termo

88 Aristóteles (1973, p. 353).

89 Aqui optamos pela tradução de Trajano Vieira, Sófocles (2009, p. 42).

90 Particularmente quanto à figura do *deinós* na obra de ambos, *cf.* Singh (1995, p. 257-259).

prudencia_politica_12.indd 40 22/11/2023 09:20

é compartilhada tanto por Natali (abilità) quanto por Aubenque (habilité); assim como pela edição d'*Os Pensadores*, de Vallandro e Bornheim. Habilidade, de fato, parece configurar a melhor escolha.

Ross não dedica grande atenção à *deinótes*; mais preocupado em mostrar a interdependência entre virtude e prudência, ele entende a habilidade como algo que detém o poder de alcançar os fins, e que se torna prudência ou astúcia dependendo da qualidade desses fins. Para o estudioso, "desde que o fim em vista seja justo – e só a virtude pode nos assegurar isso –, a inteligência se torna sabedoria prática. Se o fim em vista for mau, esta se torna astúcia".[91] Ao observar muito brevemente a *deinótes*, Ross parece deixar de lado a importância dessa faculdade, vista por ele quase como uma etapa da prudência, como parte do caminho desta em direção ao fim virtuoso da ação.

Próximo – mas não idêntico – à visão do inglês, Natali chega a afirmar, apoiado em trechos da *Ética a Eudêmo*, que "uma *deinótes* que tenha princípios bons é propriamente *phronesis*",[92] já que a posse da prudência automaticamente implica também a posse da virtude ética, pois a primeira não existe sem a segunda. Sem afirmar que uma vem a se tornar a outra, o que Natali tenta mostrar, e com razão, é que a prudência aristotélica configura-se, em resumo, na escolha dos meios adequados em vista dos fins virtuosos, ou seja, como uma espécie de *habilidade virtuosa*. Aqui, a intenção real do italiano é saber se a prudência determina também os fins, e não apenas os meios.

Nesse sentido, Natali vê a habilidade e a virtude em extremos opostos, com a *phronesis* entre eles. Relembrando o comentário de John Burnet, o estudioso aponta que diferentemente da *phronesis*, a *deinótes* – habilidade pura e simples –, "enquanto faculdade racional, pode ao contrário voltar-se aos extremos opostos, bem como o conhecimento médico pode ser usado tanto para curar quanto para prejudicar".[93] A prudência, portanto, teria a função de englobar ambas as partes, *deinótes* e *areté*, encontrando o melhor modo de realizar os fins, mas simultaneamente correspondendo à virtude.[94]

De fato, parte das interpretações sobre a habilidade retomam o debate acerca do alcance da *phronesis*; isto é, se caberia a ela o conhecimento apenas dos meios ou também dos fins da ação. Naturalmente, para os comentadores da obra aristotélica, o grande interesse sobre a *deinótes* se dá pelo auxílio que ela oferece à elucidação do poder da *phronesis*. Para a investigação que empreendemos neste

91 Ross (1987, p. 226).

92 Natali (1989, p. 124, nota 38).

93 Id. ibid., p. 125. A referência ao trabalho de Burnet encontra-se na nota 40.

94 Id. ibid., p. 128-129.

prudencia_politica_12.indd 41 22/11/2023 09:20

livro, contudo, essa faculdade da prudência, apontada por Aristóteles, constitui o berço original do que virá a se tornar um atributo principesco que dominará o debate ético do Renascimento tardio. Habilidade, prudência, astúcia; termos tão claramente delimitados pelo filósofo estagirita encontrarão séculos mais tarde um destino comum através das teorias da razão de Estado, mergulhando-os no mesmo caldeirão – sem muitas distinções –, em vista de alcançar os melhores resultados políticos.

Com isso em mente, a interpretação de Aubenque para o problema da *deinótes* na obra aristotélica é preciosa. Em seu comentário, o francês entende a *phronesis* como aquela disposição que modera a ação em vista de fins, na medida em que a prudência traz consigo uma espécie de "atenção ao homem", em função do valor moral que ela carrega, o que lhe dá a indulgência que permite frear, por exemplo, os rigores da ciência e da razão. Em seu comentário, Aubenque mais uma vez estabelece o homem como ponto de partida, à maneira de Aristóteles. Para pensar a *deinótes*, o francês parte da distinção entre o prudente e o hábil, fundamental para se esclarecer a diferença entre prudência e habilidade.

É notório que tanto o prudente quanto o hábil buscam a melhor maneira de alcançar os fins propostos. Apenas o primeiro, contudo, encarna a reta regra, o que lhe confere uma certa "preocupação" com o valor do fim buscado. Não que o hábil se dedique a fins escusos; este seria o astuto, que deliberadamente persegue o fim desonesto. O homem dotado de habilidade apenas é desprovido do cuidado que caracteriza o escopo moral do *phronimos*. Ainda que isso pareça pouco aos ouvidos, esse diferencial é o que marca a distância sublime entre a prudência e a habilidade. Nas palavras de Aubenque:

> Para Aristóteles, a prudência é oposta à habilidade, não apenas como o determinado em relação ao indeterminado, mas como o bom ao indiferente, isto é, como a virtude (que é "louvável") à natureza moralmente neutra.[95]

O caráter neutro da *deinótes*, que não pode ser confundido com a torpeza da astúcia (*métis*[96]), deve ser ressaltado para que este não se confunda com o mau,

95 Aubenque (2008, p. 102).

96 O termo *métis* (μητις) é recorrente nos antigos, aparecendo em Heródoto, Píndaro e Homero. Assim como a *deinótes*, adquire um sentido de inteligência ou sabedoria voltados à ação; mais especificamente vinculado às *artimanhas* do agir, o que denota seu valor moral negativo. Daí o entendimento de *astúcia* como melhor tradução. De raiz *mitá* (no latim *metior*), tem sua origem etimológica relativa a *medida* (*measure*) ou cálculo, *cf.* Liddell (1940, p. 1130). Jean-Pierre Vernant ajuda-nos a entender seu significado ao ilustrar a presença da expressão na mitologia dos gregos: "a primeira esposa de Zeus tem o nome de *mêtis*, que significa essa forma de inteligência que, como vimos, permitiu a ele conquistar o poder

prudencia_politica_12.indd 42 22/11/2023 09:20

pois na verdade apenas é indiferente ao fim dado. A meu ver, a leitura de Aubenque não é indulgente com a habilidade, como se buscasse aproximá-la da prudência ao afastá-la da astúcia. Essa interpretação, entretanto, não parece compatível com o já mencionado esquema proposto por Natali,[97] que coloca a habilidade e a virtude em extremos opostos. Esse modelo, afinal, ignora que a primeira não busca se opor à segunda; somente lhe é insensível.

Aqui já é possível, portanto, responder às dúvidas anteriormente levantadas sobre a habilidade. Esta, faculdade da prudência, não se confunde com a própria *phronesis*, porque enquanto ambas se dedicam à realização dos meios, apenas o homem dotado de *phronesis* determina sua ação tendo em vista o valor dos fins. Tanto o hábil quanto o prudente agem; somente o último, porém, visa o resultado moral da ação. Como sintetiza Aubenque, "a prudência é, pois, a habilidade do virtuoso".[98] Daí que a habilidade visando o perverso configura astúcia, no entanto quando mira o fim virtuoso, compõe a prudência. Apesar dessa leitura não constituir unanimidade,[99] é difícil dela discordar.

Em geral, parece ficar no ar a impressão de que Aristóteles só se refere à *deinótes* para conceber a existência de uma faculdade que busque meios para alcançar fins, independente da virtude, preenchendo uma lacuna deixada pela *phronesis*, pois esta se limita aos bons fins. Ao que nos parece, é por isso que, destacando a virtude da *phronesis* – o que significa apartar dela os fins virtuosos –, é preciso que reste algo. Este produto é a habilidade.

Essencialmente oposta à sabedoria platônica, distante em sua superioridade universal, a prudência de Aristóteles é a ferramenta excelente do homem mundano, seja ele cidadão ou governante. Na imprevisibilidade da contingência, a *phronesis* se constitui como a bússola do agir, reunindo em uma só virtude da alma o cálculo dos meios e a retidão dos fins. Tal instrumento, dispensável ao sábio que tudo conhece, é a tocha que ilumina o caminho torto e pedregoso da vida comum, que mesmo entre tropeços não deve desviar sua rota do melhor

---

[do Olimpo]: *mêtis*, a astúcia, a capacidade de prever todos os acontecimentos, de não ser surpreendido nem desorientado por coisa alguma, de nunca abrir o flanco para um ataque inesperado" (Vernant, 2000, p. 39). Em seu estudo dedicado à prudência, Francis Goyet se debruça brevemente sobre a relação entre *métis* e *phronesis*, termos tão próximos e, ao mesmo tempo, tão distintos. *Cf.* Goyet (2009, p. 519-528).

97 *Cf.* Natali (1989, p. 129).

98 Aubenque (2008, p. 101).

99 Ao comentar o *deinótes*, Marcelo Perine é um autor que deixa transparecer sua crítica à interpretação do estudioso francês. Essa dissonância, porém, parece se dar no âmbito do debate acerca da – se assim podemos dizer – "jurisdição" da *phronesis*, se esta seria somente conhecimento dos meios ou também dos fins; debate que não nos interessa retomar, *cf.* Perine (2006, p. 32-35). Outro tipo de interpretação que se afasta dessa visão é a leitura recente de May Sim, que o faz por insistir na ideia de que o *deinós* possa ser "tanto bom quanto terrível, para Aristóteles", ao invés de entendê-lo como naturalmente indiferente, *cf.* Sim (2018, p. 193). Todavia, essas diferenças, se comparadas com a tese de Aubenque, não são profundas.

prudencia_politica_12.indd 43 22/11/2023 09:20

fim, o sumo bem. Como observa Aubenque, o *phronimos* é um dos últimos bastiões do ideal moral grego capaz de preservar a completude na unidade de um só:

> A personagem de Péricles não simboliza nem o idealismo político nem o oportunismo, mas um e outro a um só tempo. Nem "bela alma" nem Maquiavel, ela é indissoluvelmente o homem do interior e do exterior, da teoria e da prática, do fim e dos meios, da consciência e da ação. Ou antes, essas são oposições modernas que começam a aparecer no tempo de Aristóteles, e às quais ele tenta opor, como um último dique, a unidade ainda indissociada do *prudente* da tradição.[100]

100 Aubenque (2008, p. 105).

prudencia_politica_12.indd 44 22/11/2023 09:20